

Índice *Out of the Shadows*: Brasil

O índice *Out of the Shadows*

Todos os anos, mais de 400 milhões de crianças são expostas à exploração e abuso sexual infantil (CSEA do inglês *child sexual exploitation and abuse*). O [Índice *Out of the Shadows*](#), desenvolvido pela [Economist Impact](#) analisa o desempenho de 60 países relativamente à CSEA, avaliando a abordagem de cada país à prevenção e resposta. Os países abrangidos pela investigação incluem 85% das crianças do mundo. O relatório regional para a América Latina e Caribe centra-se na Argentina, Brasil, Colômbia, El Salvador, Guatemala, México, Peru, Venezuela e Jamaica.

Tendências na América Latina e Caribe

A América Latina e o Caribe estão acima da média global na sua resposta à exploração e abuso sexual de crianças, que abrange elementos como a prestação de serviços de apoio e recuperação às vítimas e sobreviventes e procedimentos judiciais simples para crianças. Este desempenho é impulsionado por sistemas judiciais geralmente fortes e sistemas de proteção social e de cuidados médicos que protegem as crianças.

Contudo, a região é mais fraca no que diz respeito a medidas de prevenção da exploração e abuso sexual de crianças, o que inclui planos de ação nacionais e legislação eficaz. Existem lacunas substanciais na legislação da maioria dos países da região relativamente à criminalização de todas as formas de abuso e exploração sexual de crianças. A maioria dos países também carece de programas de reabilitação para quem comete crimes sexuais contra crianças, de modo a reduzir a reincidência. Nenhum país incluído no Índice foi referido como tendo programas de reabilitação obrigatórios para crianças e jovens que cometeram crimes sexuais.

Apenas quatro países desenvolveram um plano nacional de combate à violência sexual contra crianças (México, Brasil, El Salvador, Guatemala), embora apenas o Brasil tivesse uma fonte de financiamento identificável para implementar o seu plano nacional. Os planos nacionais desenvolvidos anteriormente na Argentina, Colômbia, Jamaica, Peru e Venezuela tinham todos caducado em 2022.

Começam a ser adotados em toda a região processos judiciais favoráveis às crianças que evitam a nova traumatização de crianças vítimas de exploração e abuso sexual. O Brasil, a Guatemala e o México introduziram programas de formação de juizes e procuradores em procedimentos que protegem a criança, em trauma e abuso sexual, mas a investigação encontrou evidência limitada desta abordagem noutros países. A confiança na justiça e na aplicação da lei manteve-se baixa em comparação com outras regiões abrangidas pelo Índice.

Contexto e conclusões para o Brasil

Embora o Índice *Out of the Shadows* não se concentre na escala da violência sexual contra crianças, vale a pena registar estatísticas recentes sobre a mesma questão no Brasil. Entre 2017 e 2020, foram registados 179.277 casos de violação de crianças, sendo 80% das vítimas raparigas, de acordo com os [números](#) publicados pela UNICEF e pelo Fórum Brasileiro de

Segurança Pública. De todos os casos de violação, as crianças são vítimas em 70% dos casos, [de acordo com](#) a Fundação FEAC.

Dos 60 países abrangidos pelo Índice *Out of the Shadows*, o Brasil classificou-se em 11º lugar a nível mundial, com uma pontuação de 65,7 de 100 possíveis. Isto torna o Brasil no país com a pontuação mais elevada da investigação na América Latina e nas Caraíbas.

O Brasil ocupa o primeiro lugar mundial com a sua **legislação contra a exploração e abuso sexual de crianças**, embora exista espaço para melhorias na medida em que o Brasil não tem uma isenção de "proximidade de idade" que exclui da acusação a atividade sexual consensual entre crianças menores de idade, desde que ambas as crianças tenham uma idade semelhante. E, ao contrário dos seus vizinhos regionais, Colômbia, El Salvador, Peru e Venezuela o Brasil também **não aboliu os prazos de prescrição para a violência sexual contra crianças**.¹ O prazo de prescrição para estes crimes é de 20 anos e começa a contar quando a vítima completa 18 anos.

Em termos de **resposta a casos de violência sexual contra crianças**, o Brasil apresenta uma pontuação particularmente elevada para a resposta inicial (linhas diretas e de denúncia) e em relação à qualidade geral da capacidade da polícia. O país é um dos três incluídos no Índice como tendo uma **agência política especializada** dedicada à exploração e abuso sexual de crianças (os outros são o El Salvador e a Guatemala), bem como um dos três tendo unidades policiais especializadas na exploração e **abuso sexual online de crianças**.

Por outro lado, o Brasil tem um bom desempenho em termos de **educação em a exploração e abuso sexual de crianças** - faz parte apenas de uma minoria de países da região que fornece educação comunitária para pais especificamente concentrada na exploração e abuso sexual de crianças.

Recursos suplementares:

- [The Out of the Shadows Index: global ranking and data](#)
- [Regional report on Latin America](#) and [country briefings](#)
- [Methodology used in developing the Index](#)
- [Violence against children in Latin America and the Caribbean 2015-2021](#)

¹ No conjunto da região, os países que aboliram a prescrição para a maioria dos crimes de abuso sexual de crianças são: El Salvador (em 1997), Nicaragua (em 2007), Peru (em 2018), Equador (em 2018), Chile (em 2019), Colômbia (em 2021), Venezuela (em 2021). Por outro lado, surgiram debates sobre a abolição da prescrição na [Argentina](#), [México](#) e [Paraguai](#).